



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
(Decreto nº 1.306/2011)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA
FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC03 - Assistência em Desenvolvimento de Políticas de
Pessoal

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não rasga-lo) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique que o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Terminado o teste objetivo, caso tenha trazido currículo, deverá se encaminhar ao local reservado para efetuar a entrega do currículo.
- 7º Após a entrega do currículo, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros. **Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

BOA SORTE!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

1) O ato pelo qual o servidor assume as atribuições e responsabilidades do cargo denomina-se:

- a) Nomeação;
- b) Concurso público;
- c) Inscrição;
- d) Aposentadoria;
- e) Exercício.

2) Constitui pressuposto essencial para a concessão da licença para tratamento da própria saúde e por acidente em serviço:

- a) Atestado, emitido pelo médico particular do servidor;
- b) Dispensa, pela chefia imediata, ratificado pelo titular da pasta em que o servidor se encontra lotado;
- c) Perícia médica, formalmente designada pelo Município;
- d) Estabilidade no cargo;
- e) Visível aparência dos efeitos da moléstia.

3) Seguindo a definição da Lei Municipal nº 4.928/1992, quanto ao vencimento e à remuneração:

- a) O primeiro é superior ao segundo;
- b) O segundo é superior ao primeiro;
- c) Ambas as definições dizem respeito à mesma quantia pecuniária, percebida pelo servidor;
- d) Um poderá ser superior ao outro, de acordo com as incorporações de caráter pessoal;
- e) Somente sobre o primeiro incide contribuição previdenciária.

4) Sobre os Adicionais de Insalubridade e Periculosidade, é correto afirmar que:

- a) São vantagens relacionadas exclusivamente ao ambiente de trabalho ou função desenvolvida;
- b) É possível a acumulação de ambos os adicionais;
- c) São incorporáveis aos proventos de aposentadoria e pensão;
- d) Ambas as vantagens possuem a mesma base de cálculo;
- e) Há duas respostas corretas.

5) Sobre a disponibilidade e aproveitamento do servidor, pode-se afirmar que:

- a) São efeitos decorrentes das requisições administrativas, promovidas por órgãos ou entidades federais;
- b) Decorrem de pedido do servidor, por escrito, para a transferência de sua lotação;

- c) Ocorre quando há chamamento de candidato, em concurso público, além da quantidade de vagas fixada em edital, de acordo com a necessidade superveniente da Administração Pública;
- d) Estão diretamente relacionados à extinção do cargo ou à declaração de sua desnecessidade;
- e) Ocorrem em hipóteses de acumulação de cargos, quando permitidas pela Constituição Federal.

6) São espécies de vantagens remuneratórias que não se incorporam aos proventos de aposentadoria:

- a) As gratificações e os auxílios;
- b) Os adicionais e os abonos;
- c) As indenizações e os auxílios;
- d) As indenizações e os adicionais;
- e) Os adicionais e os abonos.

7) Sobre o Adicional por Tempo de Serviço, é correto afirmar que a sua base de cálculo utiliza o tempo de efetivo exercício:

- a) Em Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- b) Em Regime Estatutário;
- c) Em Regime da CLT ou Estatutário;
- d) Em qualquer forma de contratação de pessoal, inclusive aqueles contratados por tempo determinado, de acordo com o art. 37, IX, da Constituição Federal;
- e) Somente em cargo efetivo.

8) A remuneração dos servidores públicos é fixada:

- a) Por lei específica, observada a iniciativa privativa;
- b) Por lei ou decretos, desde que específicos;
- c) Por lei, Decreto ou Portaria, mediante anuência do Chefe do Poder Executivo;
- d) Por qualquer ato administrativo, desde que autorizada pela autoridade máxima do Poder Executivo ou Legislativo, conforme o caso;
- e) Pelo Estatuto dos Servidores Públicos.

9) Considere-se os seguintes direitos:

I - Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

II - Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

III - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

São extensíveis dos servidores públicos:

- a) Os itens I e II;
- b) Os itens I e III;
- c) Os itens II e III;

- d) Nenhum dos itens;
- e) Todos os itens.

10) O subsídio, fixado em parcela única, constitui característica remuneratória:

- a) Dos detentores de mandatos eletivos e dos secretários estaduais e municipais;
- b) Aplicável somente aos detentores de mandatos eletivos;
- c) Aplicável somente aos ministros e secretários estaduais e municipais;
- d) Dos membros dos conselhos representativos da população;
- e) Dos agentes, contratados temporariamente.

11) O servidor público municipal de Londrina, ocupante de cargos efetivos e sujeito ao regime estatutário:

- a) Poderá acumular mais de uma aposentadoria, independente dos cargos exercidos.
- b) Não poderá acumular aposentadorias.
- c) Poderá acumular até duas aposentadorias, desde que os cargos exercidos sejam acumuláveis nos termos da Constituição Federal.
- d) Poderá acumular até três aposentadorias somente quando os cargos exercidos forem de professor.
- e) Poderá acumular até duas aposentadorias somente quando os cargos exercidos forem de professor ou de profissões regulamentadas da área de saúde.

12) A chamada regra permanente de concessão do benefício de aposentadoria ao servidor público, disposta no Art. 40 da CF, prevê que o cálculo dos proventos ocorrerá com base:

- a) Na última remuneração, somente.
- b) Nas remunerações de contribuição previdenciária, devidamente atualizadas, nos termos da lei, não devendo exceder à última remuneração.
- c) Na última remuneração ser for maior que as remunerações de contribuições atualizadas, calculadas nos termos da lei.
- d) Nas remunerações de contribuição previdenciária, devidamente atualizadas, calculadas nos termos da lei, desde que superior à última remuneração.
- e) Na última remuneração, acrescida das remunerações de contribuição, devidamente atualizadas, na formas da lei.

13) A EC 47 estabelece que o servidor que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, que sofrerão revisão na mesma data e proporção dos servidores em atividade, desde que observado o cumprimento do tempo de contribuição previdenciária (35 anos para homem e 30 anos para mulher), do efetivo exercício de 25 anos no serviço público e 15 anos na carreira e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria, além da idade mínima de :

- a) 52 anos, para homem, e 47 anos, para mulher.

- b) 58 anos, para homem, e 53 anos, para mulher.
- c) 60 anos, para homem, e 50 anos, para mulher, exclusivamente.
- d) 60 anos, para homem, e 55 anos, para mulher, que será reduzida em 1 ano para cada ano que exceder o tempo mínimo de contribuição previdenciária.
- e) 65 anos de idade, para homem, e 60 anos de idade, para mulher, reduzindo em 1 ano para cada ano que exceder o tempo mínimo no serviço público.

14) A Corregedoria-geral do Município de Londrina, instituída pela Lei nº 9.864/2005, possui competência para a apuração de infrações disciplinares praticadas pelos:

- a) Servidores públicos municipais, em quaisquer esferas de Poder;
- b) Agentes públicos, inclusive os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista;
- c) Servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município;
- d) Servidores estatutários, desde que vinculados à Administração Direta;
- e) Servidores, detentores de cargo em comissão.

15) De acordo com o artigo 19 Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- a) União: 60% (sessenta por cento), Estados: 20% (vinte por cento) e os Municípios: 20% (vinte por cento).
- b) União: 30% (trinta por cento), Estados: 60% (sessenta por cento) e os Municípios: 50% (cinquenta por cento).
- c) União: 50% (cinquenta por cento), Estados: 60% (sessenta por cento) e os Municípios: 60% (sessenta por cento).
- d) União: 55% (cinquenta e cinco por cento), Estados: 40% (quarenta por cento) e os Municípios: 50% (cinquenta por cento).
- e) Nenhuma das anteriores.

16) Os Municípios não podem extrapolar o limite de 60% da receita corrente líquida. De acordo com a LRF NÃO podemos afirmar que:

- a) 6% é reservado ao Legislativo Municipal;
- b) Se a despesa total com pessoal exceder a 85% do limite, são vedados ao Poder ou órgão criação de cargo, emprego ou função;
- c) A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos será realizada ao final de cada quadrimestre;
- d) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites definidos, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes;
- e) Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias.

17) A Autarquia Municipal de Saúde do Município de Londrina, por meio do Edital nº 008/2012-GSAP/DGTES/AMS, está realizando o Concurso Público para provimento do Cargo de Agente de Gestão Pública – Serviço de Combate às Endemias. De acordo com a Instrução Normativa nº 44/2010 do TCE – Paraná a A.M.S. deverá tomar algumas medidas para que o TCE-PR faça a apreciação e registro dos atos de admissão de pessoal. Das afirmativas, abaixo, aponte a que está INCORRETA.

- a) A A.M.S. deverá cumprir integralmente as normas da Instrução Normativa nº 44/2010, que dispõe sobre o acesso de informações e documentos necessários a apreciação e registro de atos de admissão de pessoal, por ser uma Autarquia Municipal.
- b) O processo de admissão de pessoal, referente ao Edital nº 008/2012-GSAP/DGTES/A.M.S., deverá ser encaminhado ao TCE-PR no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data de admissão.
- c) Ao enviar as informações e documentos para a apreciação do TCE-PR a A.M.S. ficará dispensada de proceder a alimentação dos dados do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal, no módulo Atos de Pessoal – SIM-AM–Atos de Pessoal.
- d) Prestar informações complementares sempre que o TCE-PR julgar necessário.
- e) Ao apreciar os atos, sujeitos ao registro, o TCE-PR poderá julgar ilegal e negar o registro dos atos editados em desconformidade com a legislação pertinente.

18) Ana Carolina da Silva é estudante do terceiro ano do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Londrina – UEL e deseja realizar estágio curricular não obrigatório nas escolas municipais de Londrina. De acordo com as disposições do Decreto nº 1.285/2010 é INCORRETO afirmar que:

- a) Para que a Ana Carolina possa realizar o estágio a U.E.L. deverá estar credenciada nos órgãos competentes e conveniada ao Município de Londrina, para esta finalidade.
- b) Ana Carolina deverá estar matriculada e com frequência regular ao curso de pedagogia.
- c) Por se tratar de estágio curricular não obrigatório será concedida bolsa estágio proporcional a carga horária realizada.
- d) Para os alunos do curso de pedagogia a seleção dos estagiários é realizada diretamente pela Secretaria Municipal de Educação, sem a necessidade de realização de teste seletivo.
- e) A duração do estágio será fixada no Termo de Compromisso com duração mínima de seis(06) meses e máxima de dois (02) anos.

19) Com relação às disposições do Decreto Municipal nº 526, de 26 de maio de 2011, que dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor e para acompanhamento de pessoa de sua família, é INCORRETO afirmar:

- a) O servidor portador de atestado de procedência odontológica, com período superior a três dias no mês deverá submeter-se a perícia oficial.

- b) Na concessão de licenças médicas psicológicas ou odontológicas, a Perícia Oficial do Município deverá acatar integralmente o tempo de afastamento fornecido pelo profissional assistente, estando impedida de diminuir ou aumentar a quantidade de dias indicado pelo profissional assistente.
- c) O agendamento da perícia deverá ocorrer mediante agendamento prévio, junto a Diretoria de Gestão de Saúde Ocupacional, no prazo de três (03) dias úteis, contados da data de início do afastamento.
- d) Quando houver necessidade do servidor acompanhar pessoa de sua família a tratamento odontológico, de acupuntura, de psicoterapia e outros tratamentos complementares, estes deverão ocorrer fora do horário de trabalho.
- e) O atestado médico referente a cirurgia plástica estética não será aceito, exceto quando se tratar de cirurgia plástica reparadora.

20) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de cargos efetivos, destinam-se, dentre outras, às atribuições:

- a) Fiscalizatórias;
- b) De defesa judicial do Município, suas autarquias e fundações;
- c) De assessoramento;
- d) De magistério;
- e) Do titular de Secretaria.

21) Dentre suas competências privativas, o Chefe do Poder Executivo possui a prerrogativa de:

- a) Convocar plebiscito ou referendo;
- b) Conceder honrarias;
- c) Designar a diretoria das Secretarias Municipais;
- d) Apreciar os relatórios anuais da Mesa da Câmara Municipal de Londrina;
- e) Nomear os cargos comissionados.

22) Considere as seguintes premissas:

- Somente para carreiras específicas, definidas em lei, a jornada de trabalho corresponde a 30 horas semanais;
- Poderá ser adotada jornada diversa de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração Pública, desde que observada a proporcionalidade do vencimento;
- O ocupante de função de confiança terá jornada de trabalho flexível, que poderá ser superior à de seu cargo efetivo, desde que majorada proporcionalmente a sua remuneração.

É correto afirmar que:

- a) Todas as premissas estão corretas;
- b) Todas as premissas estão incorretas;
- c) Há somente duas premissas corretas;
- d) Há somente duas premissas incorretas;
- e) Há somente uma premissa incorreta.

23) Conforme Lei Municipal nº 9.337/2004, são atividades que compõem o Grupo de Carreiras de Serviços Essenciais:

- a) Contabilidade e Auditoria;
- b) Fiscalização e Administração;
- c) Medicina e Magistério;
- d) Enfermagem e Psicologia;
- e) Magistério e Engenharia.

24) O posicionamento na carreira através do processo de Promoção por Conhecimento dar-se-á mediante a alteração do(a):

- a) Nível;
- b) Referência;
- c) Categoria;
- d) Padrão;
- e) Classe.

25) Os cargos cujas atribuições possuem características operacionais, administrativas, técnicas ou científica compõem o Grupo de Carreira:

- a) de Estado;
- b) de Serviços Essenciais;
- c) de Gestão;
- d) do Magistério;
- e) dos Cargos em Comissão